

POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Carolina de Fátima Guimarães
(UFG/CAC - Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão)
Inaina Lara Fernandes
(FEF - Fundação Educacional de Fernandópolis)
Keila Marine Pedrosa dos Santos
(UFU - Universidade Federal de Uberlândia)
Valéria Duarte Gregório
(UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto)

Resumo

Políticas públicas é um conjunto de decisões que definem e instituem normas e regras gerais abstratas como as leis, decretos e acordos que irão ajustar comportamentos e ações de atores individuais e coletivos. Cabe ao Estado brasileiro se responsabilizar pela formação e implementação de políticas que integrem educação, saúde, alimentação, moradia, saneamento e informação pública. Este trabalho objetivou investigar aspectos que caracterizam os pesquisadores e modo que o tema políticas públicas em saúde mental é abordado nas publicações científicas. A metodologia usada foi o estudo bibliométrico, no intervalo entre os anos de 2004 a 2014. Os descritores foram saúde mental e políticas públicas. Encontrou-se 15 artigos que atenderam os objetivos da presente revisão bibliográfica. Em relação à análise dos autores, houve predomínio (63%) do gênero feminino, a maioria graduado em psicologia (39%), com predomínio de doutores (79%), e uma prevalência (40%) de artigos escritos por 2 autores. No estudo dos artigos, verificou-se poucas publicações sobre saúde mental por ano, as palavras-chaves mais frequentes foram: saúde mental (20%), políticas públicas (14%) e reforma psiquiátrica (14%). Houve equilíbrio entre trabalhos teóricos e empíricos, com 47% e 53% respectivamente. A maioria (91%) das referências utilizadas nos artigos é de produções nacionais.

Palavras-chave: saúde mental; políticas públicas; reforma psiquiátrica.

Abstract

Public Policy and Mental Health: a review bibliometric

Public policy is a set of decisions that define and establish standards and abstract general rules such as laws, decrees and agreements will adjust behaviors and actions of individual and collective actors. Brazilian government is responsible for the implementation of policies that integrate education, health, food, housing, sanitation and public information. This study aimed to investigate aspects that characterize the researchers and how the theme public policies in mental health are addressed in scientific publications. The methodology used was the bibliometric study, during the years 2004 to 2014. The keywords used were mental health and public policy. Fifteen articles met the objectives of this literature review. The authors were predominantly (63%) female, most graduate in psychology (39%), with predominance of doctors (79%), and a prevalence (40%) of articles written by two authors. In the study of

articles, there has been few publications on mental health for years, the most frequent keywords were: mental health (20%), public policies (14%) and psychiatric reform (14%). There was a balance between theoretical and empirical work, with 47 % and 53 % respectively. The majority (91%) of the references used in articles are those of domestic products.

Keywords: mental health; public policy; psychiatric reform

Introdução

Para Procopiuck (2013) política pública ganha identidade a partir de um conjunto de decisões que definem e instituem normas e regras gerais abstratas como as leis, decretos e acordos que irão ajustar comportamentos e ações de atores individuais e coletivos. Com a sua legitimação foi possível delinear ações governamentais canalizando recursos, esforços e comportamentos para lidar com problemas coletivos, o que promoveu resultados concretos destinados a solucionar problemas.

Corroborando com essa ideia o texto da 14^a conferência nacional de saúde (Brasil, 2012a), sinaliza como dever do governo a articulação das políticas públicas visando à garantia de melhor qualidade de vida, assim como a otimização dos recursos públicos. Ainda de acordo com esse documento cabe ao Estado brasileiro se responsabilizar pela formação e implementação de políticas que integrem a educação, saúde, alimentação, moradia, saneamento e informação pública.

Ainda nesse sentido, o relatório mundial de saúde elaborado pela OMS (Organização Mundial de Saúde, 2008) define que as políticas públicas no setor da saúde estão diretamente associadas a outros setores. E, portanto, uma das estratégias para promover a melhora na qualidade de vida consiste na promoção do inter-relacionamento das instituições públicas de saúde com diferentes instituições governamentais.

Diante disto, ao se pensar em políticas públicas em saúde nacional, tem-se o Sistema Único de Saúde (SUS) como o principal sistema de leis que regem a saúde fomentada pelo governo brasileiro, ou seja, trata-se de formulação política e organizacional para as ações de saúde de caráter público no Brasil. Esse sistema visa à reordenação dos serviços de saúde, a partir de atividades que abrangem ações como a prevenção de doenças, vigilância sanitária e epidemiológica, proteção e recuperação de agravos, promoção da saúde, dentro outros (Brasil, 2006).

O SUS tem como princípios doutrinários: a universalidade, que implica

o direito à saúde para todos os cidadãos; a integralidade, que pressupõe assistência integral em seus aspectos biopsicossociais; a equidade, que impõe uma discriminação positiva de maneira a reduzir as desigualdades; e, finalmente, o imperativo de participação social, que objetiva aproximar os cidadãos do planejamento, da fiscalização e do controle dessa política pública (Santos, Quintanilha & Dalbello-Araújo, 2010).

Frente a estes princípios e a ideia de inter-relacionamento, a saúde mental entra em cena, visando buscar estratégias de atendimento público com eficácia, sem se afastar destes preceitos gerais. Na década de 1980, os profissionais da Psicologia iniciaram uma aproximação mais intensa com as questões sociais, inclusive no que se refere ao setor saúde. Dimenstein (1998) afirma que o campo da assistência pública à saúde foi para onde se direcionou uma considerável parcela dos psicólogos, principalmente a partir do final da década de 1970, quando ocorreu uma ampliação da atuação profissional, por causa das próprias pressões do mercado de trabalho.

Além disso, a Psicologia e os profissionais de saúde mental como um todo surgem nas instituições públicas com o ideário que marca essa época, tal qual era movida pelo movimento que buscava uma nova habitação para a loucura, tinha-se a

luta pela Reforma Psiquiátrica. De acordo com Amarante (1995), a Reforma no Brasil surge de forma mais concreta em fins da década de 70, sendo fundamentada pela crítica conjuntural ao subsistema nacional de saúde mental e pela crítica ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas.

É nesse momento que se tem o maior estímulo para o desenvolvimento das políticas públicas em saúde mental. Conforme apontou Amarante (2011) houve um esforço no sentido de substituir o modelo manicomial e hospitalocêntrico por práticas de cuidado humanizado e interdisciplinar.

Nesse contexto, a fim de garantir a proteção dos direitos das pessoas que convivem com o transtorno mental, foi implementada a Lei 10.216 de 2001 que assegura o acesso aos tratamentos de saúde; o respeito e a humanização no cuidado; o incentivo à reinserção na família, no trabalho e na comunidade; a proteção a qualquer forma de abuso e exploração; o estímulo à autonomia e por fim o tratamento em ambientes terapêuticos menos invasivos (Brasil, 2001).

Em fevereiro de 2002 foi instituída a Portaria n.º 336/GM que assegura a Implantação da Rede de Atendimento Psicossocial, tendo como referência os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

como dispositivo estratégico, capaz de funcionar como articulador entre os serviços de saúde estreitando a parceria com os demais serviços da rede de atendimento (Brasil, 2002). Além do CAPS, existe uma rede de serviços diversificados tais como os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III), todos estes fazendo parte das ações baseadas na Lei 10.216/01. De acordo com dados apresentados pelo ministério da saúde, é crescente a oferta de tratamento as pessoas que convivem com transtorno mental atingindo 72% da cobertura nacional em 2011 (Brasil, 2012b).

Existem alguns dados relevantes ao se pensar os serviços públicos de saúde mental: 3% da população geral sofrem com transtornos mentais severos e persistentes; mais de 6% da população apresenta transtornos psiquiátricos graves decorrentes do uso de álcool e outras drogas; 12% da população necessitam de algum atendimento em saúde mental, seja ele contínuo ou eventual; 2,3% do orçamento anual do SUS são destinados para a Saúde Mental. Diante deste cenário, há algumas ações consideradas importantes e necessárias para uma melhoria do atendimento público em saúde mental, que

são: fortalecer políticas voltadas para as pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial; consolidar e ampliar uma rede de atenção de base comunitária e territorial promotora da reintegração social e da cidadania; implementar uma política de saúde mental eficaz no atendimento às pessoas que sofrem com a crise social, a violência e desemprego e aumentar recursos do orçamento anual do SUS para a Saúde Mental (São Paulo, n/d).

Diante da intrínseca relação entre políticas públicas e saúde mental, dos inúmeros desafios de sua prática e da diversidade de modos de abordagens dessa relação percebeu-se a necessidade entender o cenário atual das pesquisas sobre esta temática, o qual é de suma importância para se pensar na atuação e aprimoramento neste campo. Torna-se importante então, mapear os conceitos-chaves ligados a essa temática bem como, identificar suas semelhanças e diferenças, suas potencialidades e limites e as tendências contemporâneas dessas pesquisas.

Para isso, buscou-se o entendimento sobre como estes estudos foram realizados na última década. Para a sistematização desse levantamento utilizou-se o estudo bibliométrico, que de acordo com Araújo (2006) é um método que se destaca por ser uma técnica

quantitativa capaz de mensurar os índices de produção e disseminação do conhecimento científico.

Esta técnica de bibliométrica foi utilizada, neste estudo, para analisar as produções científicas sobre política pública e Saúde Mental, publicadas nos últimos 10 anos, disponíveis nos periódicos Capes, Scielo, Bireme (Lilacs e IndexPsi) e Anpad. O intuito com esse trabalho foi investigar aspectos que caracterizam os pesquisadores e modo que o tema é abordado nestas publicações científicas.

Método

Trata-se de um estudo bibliométrico, o qual de acordo com Araújo (2006) e Santos e Kobashi (2009) é elaborado por três leis empíricas que servem como diretrizes para a realização do estudo, a saber: (1) A lei de Lotka faz referência à quantidade de autores que se dedicam a pesquisar alguns temas dentro da literatura científica, constatou-se que numa especialidade científica, coexiste pequeno número de pesquisadores extremamente produtivos com uma grande quantidade de cientistas menos produtivos. (2) Lei de Bradford conhecida como lei da dispersão, averigua a distribuição de artigos em diferentes publicações periódicas. Tem como objetivo verificar

extensão na qual artigo de um assunto científico específico surge em periódicos destinados a outros assuntos. (3) Lei de Zipf refere-se à frequência da ocorrência de palavras num texto longo. Identificou uma regularidade na seleção e uso das palavras e, normalmente o uso frequente de um pequeno número de palavras às quais indicam o assunto do documento.

O estudo bibliométrico foi utilizado com o intuito de descrever e analisar as publicações sobre saúde pública no âmbito da saúde mental. Para isto, realizou-se um levantamento, no banco de dados dos Periódicos Capes, Scielo, Bireme (Lilacs e IndexPsi) e Anpad. Neste levantamento foi selecionado o intervalo entre os anos de 2004 a 2014. Foram escolhidos apenas os artigos revisados por pares. Os descritores usados para a busca dos artigos foram saúde mental e políticas públicas. Todos os artigos encontrados com base nesses critérios foram utilizados como objeto de estudo.

Desse modo, o universo da pesquisa englobou todos os periódicos presentes no site Periódicos Capes e da *Scielo*. Já na base de dados da *Bireme*, optou-se por investigar apenas as revistas inseridas no *Lilacs* e no *IndexPsi*.

Com esta pesquisa, foram encontrados artigos em 9 periódicos. Estes últimos são apresentados no quadro 1.

Percebe-se que apenas os periódicos *Ciência & Saúde Coletiva* e *Saúde e Sociedade* tiveram mais de um artigo que atendessem a pesquisa, sendo 5 artigos

encontrados na primeira e 3 na segunda. Os demais periódicos apresentaram apenas 1 artigo cada.

Quadro 1 – Periódicos em que foram publicados os artigos utilizados nesta pesquisa.

ISSN	Título do Periódico	QUALIS	Número de artigos
1413-0329	<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>	A2	5
0104-1290	<i>Saúde e Sociedade</i>	B2	3
0104-5970	<i>História, ciência e saúde</i>	B1	1
1808-2432	<i>Revista direito GV</i>	A1	1
1984-9044	<i>Revista de Psicologia - UNESP</i>	B4	1
1807-0310	<i>Psicologia & Sociedade</i>	A2	1
1807-0329	<i>Psicologia em Estudo</i>	A2	1
1414-9893	<i>Psicologia, Ciência e Profissão</i>	A2	1
0102-311X	<i>Caderno de Saúde Pública</i>	A2	1

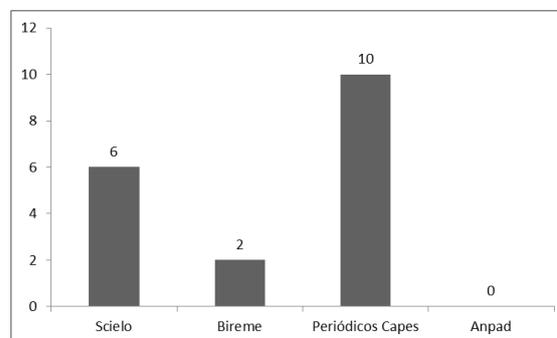
Fonte: Elaborado pelas autoras

Com a pesquisa, foram encontrados 18 artigos que atenderam os objetivos da presente revisão bibliográfica. Na pesquisa, 10 estavam nos Periódicos Capes, 6 no Scielo e 2 na Bireme (Lilacs e IndexPsi) e nenhum na Anpad, conforme apresentado no gráfico 1. Dentre os artigos encontrados, 3 deles se repetiram, o que aponta para uma análise Bibliométrica de 15 artigos.

Para análise dos resultados optou-se por realizar num primeiro momento um estudo sobre o perfil dos autores, levantando informações a respeito dos

pesquisadores. Já num segundo momento, a análise se voltou para os artigos, onde foram investigadas informações sobre aspectos da pesquisa acerca do tema proposto.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos encontrados no universo da pesquisa.



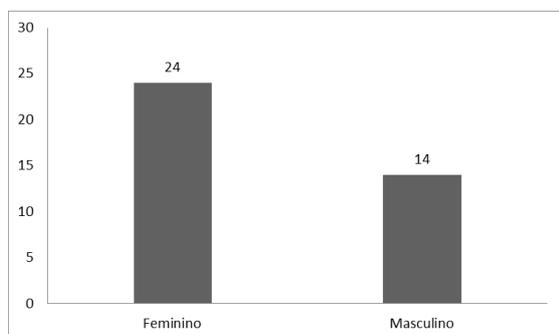
Fonte: Elaborado pelas autoras

Resultados

Feita a análise dos dados, conforme indicado na metodologia, tem-se apresentado aqui os resultados encontrados. Vale ressaltar que a princípio foi realizada uma análise tendo como pauta o perfil dos 38 autores dos 15 artigos avaliados nesta pesquisa. Para isto, foram investigados os seguintes aspectos: gênero, formação, nível de qualificação e “filiação” dos autores, quantidade de autores por artigo e autores que mais apareceram nestas publicações, que são apresentados a seguir.

Em relação ao gênero dos autores, percebeu-se um predomínio do gênero feminino nas publicações sobre políticas públicas e saúde mental. Dentre os 38 autores, este gênero representou 63% dos autores, ou seja, 24 mulheres. Já os autores do gênero masculino corresponderam a 37%, isto é, 14 homens. Este fato pode ser observado no gráfico 2.

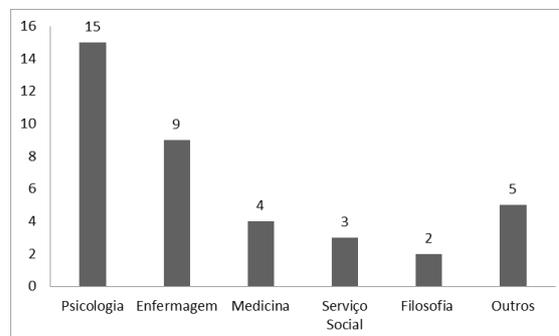
Gráfico 2 – Gênero dos autores



Fonte: Elaborado pelas autoras

O segundo aspecto avaliado nesta pesquisa foi a formação dos autores, ou seja, qual o curso superior de cada autor, e foi identificado que Psicologia esteve em primeiro lugar, correspondendo a 39% (n=15), seguido de Enfermagem, com 24% (n=9), como mostra o gráfico 3.

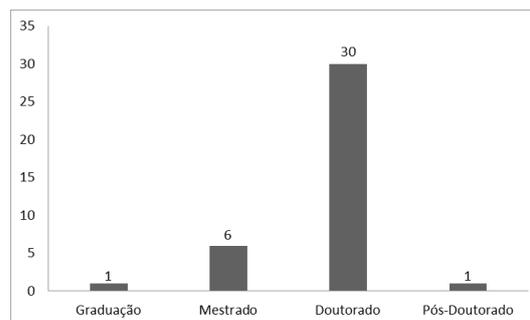
Gráfico 3 – Formação dos autores



Fonte: Elaborado pelas autoras

Outro aspecto investigado foi a qualificação dos autores. Verificou-se, como descrito no gráfico 4, que houve prevalência de autores doutores, com 79% (n=30) do total. Em segundo lugar, tiveram-se mestres, que apresentou frequência de 16% (n=6).

Gráfico 4 – Qualificações dos autores

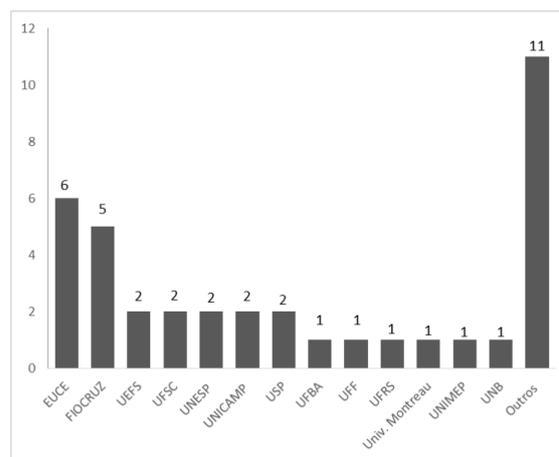


Fonte: Elaborado pelas autoras

Logo mais, buscou-se entender a filiação dos autores, ou seja, a instituição que cada autor estava vinculado no momento do desenvolvimento do trabalho, e dentre as instituições dos 38 autores, 46% apresentaram apenas um autor vinculado. Das demais, conforme o gráfico 5, com mais de um autor filiado, a Universidade Estadual do Ceará – UECE foi a com maior prevalência, apresentando 16%, ou seja, 6 autores. Em seguida, encontrou-se a FIOCRUZ com 13% (n=5). Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de São Paulo, Universidade de Campinas e Universidade de São Paulo apresentaram, cada uma 5%, ou seja, 2 autores vinculados.

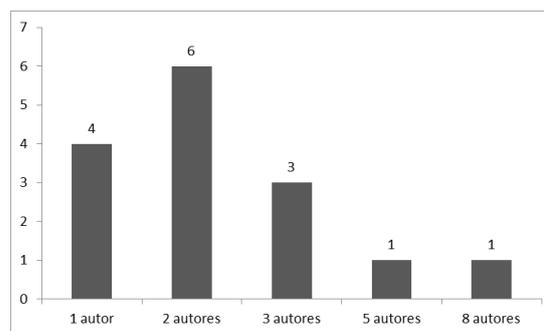
No que diz respeito à quantidade de autores por cada artigo, foram encontrados desde textos escritos individualmente, até aqueles escritos por 8 autores. Conforme o gráfico 6, houve uma prevalência de artigos escritos por 2 autores, pois a modalidade correspondeu a 40% (n=6) do total de artigos. Já os textos com 1 autor, apresentou 27% (n=4) e com 3 autores, 20% (n=3). Em relação aos artigos produzidos por 5 e 8 autores, cada um teve 7% (n=1) do total. Desse modo, a produção se concentrou em trabalhos de 1 até 3 autores, correspondendo a 86% do todo, ou seja, 13 artigos.

Gráfico 5 – Filiação dos autores



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 6 – Quantidade de autores por artigo.



Fonte: Elaborado pelas autoras

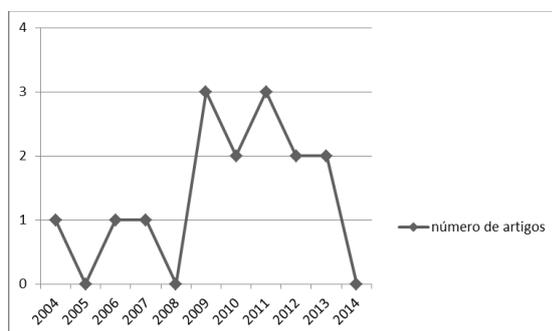
Vale ressaltar que se investigou também se havia autores que estiveram presentes em mais de uma publicação analisada. Entretanto, verificou-se que apenas 1 autor esteve presente em dois trabalhos diferentes, o que denota certa heterogeneidade de autores no campo de pesquisa analisado neste estudo.

Agora, será apresentada a segunda parte da análise realizada. O foco aqui foram os artigos, seus aspectos relevantes, para que se torne possível entender o panorama das publicações. Para a análise

dos artigos, investigaram-se os seguintes itens: quantidade de artigos publicados por cada ano dentro do recorte temporal desta pesquisa, as palavras-chaves utilizadas, o enfoque metodológico e a origem das referências.

Em relação à quantidade de publicações por ano, foi possível verificar que, houve a princípio, poucas publicações sobre saúde mental por ano, uma vez que a quantidade variou de 0 a 3 trabalhos. O período da pesquisa foi de 11 anos, desses, 3 anos, ou seja, 27% não tiveram publicações. Já outros 3 anos (27%) tiveram 2 publicações em cada ano e outros 3 anos (27%) apresentaram 1 publicação por ano. Com 18%, ou seja, em 2 anos ocorreu 3 publicações em cada ano. Essas variações são apresentadas no gráfico 7, logo abaixo.

Gráfico 7 – Quantidade de publicações por ano

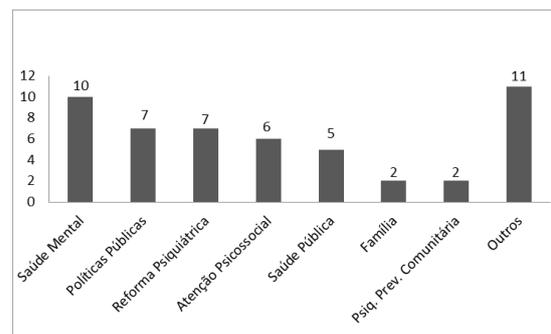


Fonte: Elaborado pelas autoras

Outra análise realizada foi em relação às palavras-chave dos artigos. Verificou-se a presença de um total de 50

palavras-chaves. O gráfico 8 apresenta aquelas que apareceram mais de uma vez, sendo “saúde mental” mais frequente, representando 20% (n=10). Em segundo lugar estão “políticas públicas” e “reforma psiquiátrica”, cada um apareceu 7 vezes, correspondendo à 14%. Já “atenção psicossocial” e “saúde pública” apresentaram 12% (n=6) e 10% (n=5), respectivamente. Por fim, “família” e “psiquiatria preventiva comunitária” apareceram 2 vezes, ou seja, em 4%.

Gráfico 8 – Palavras-chaves mais frequentes



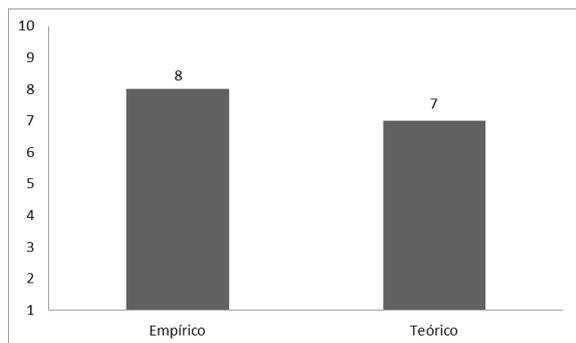
Fonte: Elaborado pelas autoras

Em se tratando do enfoque metodológico dos trabalhos, como se pode visualizar no gráfico 9, percebeu certo equilíbrio entre os dois tipos de pesquisa, pois dos 15 artigos, 53% (n=8) eram empíricos. Já os estudos teóricos estiveram presentes em 7 artigos, representado 47% do total de artigos.

Buscou-se, por fim, verificar a origem das referências utilizadas em cada artigo. Constatou-se que a maioria das referências diz respeito a produções nacionais, pois dentre as 428 referências

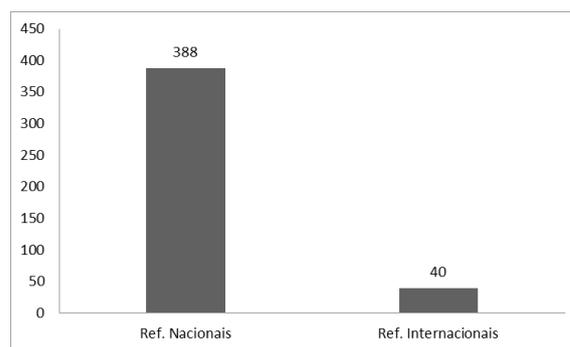
apresentadas, 91% (n=388) eram brasileiras. Apenas 9% (n=40) referências eram internacionais, conforme o gráfico 10.

Gráfico 9 – Enfoque metodológico



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 10 – Origem das referências



Fonte: Elaborado pelas autoras

Discussão

Os achados deste trabalho apontam para discussões relevantes acerca da atualidade da produção científica brasileira, em especial sobre as políticas públicas e saúde mental. Um dos aspectos que se destacaram entre os resultados foi a predominância (63%) do gênero feminino dentre todos os autores estudados. Esse resultado se contrapõe a alguns estudos, que sinalizam para a dominância dos homens no âmbito de pesquisas científicas e da academia. Segundo Velho e Leon (1998) as mulheres não apresentam representatividade na carreira científica

e seu papel perde representantes na medida em que se olha para níveis mais elevados da carreira acadêmica. Long (1990) também afirma que, historicamente, as mulheres produzem menos do que os homens.

Diante dos resultados obtidos por esta pesquisa, pode-se pensar que talvez esse panorama esteja mudando. Assim como em outras áreas, a mulher está conseguindo adentrar e se posicionar, o que parece estar acontecendo no âmbito das pesquisas em políticas públicas e saúde mental. Corroboram esse pensamento são

os achados de Sousa e Perucchi (2013), pois apontam maior presença das mulheres nas produções publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Quanto à qualificação dos autores, observou-se que a maioria é doutores e em seguida mestres. Esse resultado equivale ao encontrado por Lima, Almeida, Giovannetti, Backes, e Kloh (2012) no qual observou que nas últimas décadas é crescente os trabalhos realizados para obtenção do título de doutor e mestre. Ainda nesse sentido, Laguardia e Casanova (2010) apontam que a partir de 2000 a emergência de novas modalidades de ensino, como por exemplo, o ensino a distância, Universidade Aberta do SUS, Universidade Aberta do Brasil tem estimulado a qualificação profissional. Esses autores afirmam ainda que a oferta de novos cursos amplia a oportunidade de acesso à qualificação profissional aumentando o número de graduados, bem como de pesquisadores com títulos de especialistas, mestres e doutores. Corroborando com essa ideia, Medeiros, Costa, Coura, Araújo e Celino (2014) destacam que o aumento significativo no número de pesquisadores com pós-graduação, possibilita agregar credibilidade e relevância a produção científica.

Em relação à filiação dos autores, conforme destacou Lima e outros (2012) as instituições públicas são as que mais contribuem para o desenvolvimento de pesquisa e produção do conhecimento científico. Esse fato ficou evidenciado nesse estudo uma vez que o maior número de pesquisadores estava afiliado a uma instituição estadual, no caso representado pela Universidade Estadual do Ceará, seguido pelos pesquisadores vinculados a FIOCRUZ.

Quanto à formação dos autores, ou seja, qual o curso superior de cada autor identificou-se que psicologia esteve em primeiro lugar e em seguida a enfermagem. Através da análise da produção na área da saúde percebe-se que os profissionais da psicologia vêm se destacando na abordagem de diferentes temas (Bhona, Lourenço & Brum, 2011; Freitas, Prado, Mathias, Greschuck & Dequech Neto, 2013). Além disso, fica evidente que são as duas áreas que mais se aproximam do âmbito da saúde mental.

A análise feita também foi em relação às palavras chaves presente nos artigos. Constatou-se que das 50 palavras chaves apresentaram uma maior prevalência para saúde mental e políticas públicas ambas com 20% e o maior número de artigos descreveram outras palavras chaves (22%). A observação de uma maior frequência para poucas

palavras-chaves repetidas pode indicar a quantidade de temas que podem ser estudados quando se realiza um estudo que relaciona saúde mental com políticas públicas e observou-se que existe pouca produção científica nesta área o que dificulta a presença de mais trabalhos que possam ser comparados com o dado observado.

De acordo com a quantidade de autores por cada artigo, foi observado que os textos se apresentaram elaborados por um autor até aqueles desenvolvidos por 8 autores. Notou-se que a maior prevalência se deu com mais de um autor por artigo, pois representou 73% do total. Fato que também foi verificado nos trabalhos de Pizzani, Silva, Piumbato e Hayashi (2008) e Soares, Nery, Silveira, Noto e Rosani, (2011), os quais destacaram o crescimento dos trabalhos científicos escritos em parcerias.

Ao se analisar o número de publicações por ano neste estudo foi observado discreto desenvolvimento na área de pesquisa uma vez que o número de publicações não tem passado de 0 a 3 publicações por ano. Deve-se enfatizar a importância em estimular o maior desenvolvimento de pesquisas nesta área já que estudos de políticas públicas e saúde mental visam a melhoria do trabalho dos profissionais na atenção à saúde. Esta

observação corrobora com revisão feita por Gama e Campos (2009) que observa uma dicotomia entre as diretrizes de inclusão da saúde mental com a realidade dos serviços além da dificuldade na relação entre equipes e o CAPS e com isso as estratégias das redes de serviços permanecem obscuras dificultando uma maior publicação de trabalhos nesta área.

Ao sinalizar o tipo de publicação dos artigos verificou-se um equilíbrio entre a produção empírica e a teórica. Esse equilíbrio também foi observado em outros estudos Bezerra e Neves (2010) encontram que 40,59% dos trabalhos analisados abordavam discussões conceituais a respeito do tema pesquisado. Freitas e outros (2013) salientam a relevância de investigar a prevalência de estudos empíricos, destacando que esse tipo de estudo é importante para a compreensão das práticas em saúde.

Por fim, outro fato que foi observado neste estudo foi à baixa quantidade de literatura internacional utilizada nas pesquisas. Pizzani e outros (2008) destacam a relevância das publicações internacionais nas pesquisas científicas. Medeiros e outros (2014) enfatizam que os pesquisadores buscam cada vez mais referenciar estudos internacionais em seus trabalhos. Esses autores acreditam que esse é um esforço

feito no sentido de favorecer a internacionalização das informações e o intercâmbio de conhecimento com outros centros de pesquisas. Destacam ainda que o entendimento dos assuntos relativos à saúde não devem mais se restringir puramente ao âmbito nacional. Entretanto, no que se refere à discussão de políticas públicas, verifica-se a presença de um tema voltado para uma realidade específica, no caso desse estudo, para o Brasil, podendo ter interferido no fato de haver mais produções nacionais.

Considerações Finais

A investigação realizada se apresenta como uma importante contribuição para a descrição e o entendimento da produção científica contemporânea sobre políticas públicas no âmbito da saúde mental. A partir desse estudo, nota-se o pequeno número de

trabalhos sobre a temática. Entretanto, este fato se torna preocupante, uma vez que essa discussão é relevante para o campo do atendimento público em saúde mental. A presente lacuna na produção científica surge como nova possibilidade de investigação, haja vista a necessidade de ampliar o conhecimento acerca dessa temática.

São necessários novos estudos, talvez com um universo de pesquisa mais amplo, uma vez que a busca pelos artigos restringiu-se a algumas bases de dados. Assim sendo, a pesquisa não englobou outros textos que poderiam informar sobre a produção nacional acerca do tema saúde mental e trabalho em sua completude. Sugere-se que sejam realizados estudos que investiguem todos os periódicos que possam discutir esta temática, com o intuito de se aumentar o conhecimento sobre tal problemática.

Referências

- Amarante, P. (1995). Algumas considerações históricas e outras metodológicas sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. In: Amarante, P. (Org.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. (pp. 87-121). Rio de Janeiro: ENASP/FIOCRUZ, 1995.
- Amarante, P. (2011). *Saúde Mental e Atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, 12(1), 11-32.

- Bezerra, M. L. S. & Neves, E. B. (2010). Perfil da Produção Científica em Saúde do Trabalhador. *Saúde e Sociedade*, 19(2), 384-394.
- Bhona, F. M. C., Lourenço, L. M. & Brun, C. R. S. (2011). Violência doméstica: um estudo bibliométrico. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 63(1), 87-100.
- Brasil (2001). *Lei 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial Eletrônico, Brasília, 9 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 04 dez. 2014.
- Brasil. (2002). Ministério da saúde. *Portaria nº336/GM de 19 de fevereiro de 2002*. Estabelece CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi II e CAPS ad II. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-336.html>. Acesso em: 04 dez. 2014.
- Brasil (2006). Ministério da saúde. *Entendendo o SUS*. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_entendendo_o_sus_2007.pdf. Acesso em 19 nov. 2014.
- Brasil. (2012a). Ministério da saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde: todos usam o SUS: SUS na seguridade social: Política pública, patrimônio do povo brasileiro* (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). 2012a. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/Relatorio_final.pdf. Acesso em: 04 dez. 2014.
- Brasil. (2012b). Ministério da saúde. *Saúde Mental em Dados - 10, ano VII, nº 10. Informativo eletrônico*. 2012b. Disponível em: <http://saudeecosol.files.wordpress.com/2012/03/saude-mental-em-dados-10-ms.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.
- Dimenstein, M. (1998). O psicólogo nas unidades básicas de saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3, 53-81.
- Freitas, J. L.; Prado, A. S.; Mathias, B.; Greschuck, G. R. & Dequech Neto, J. (2013). Revisão Bibliométrica das Produções Acadêmicas Sobre Suicídio Entre 2002 e 2011. *Psicologia em pesquisa*, 7(2), 251-260.

- Gama, C. A. & Campos, R. O. (2009). Saúde mental na atenção básica - uma pesquisa bibliográfica exploratória em periódicos de saúde coletiva (1997-2007). *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 1, 112-131.
- Laguardia J. & Casanova, A. (2010). A educação online e os desafios à qualificação profissional em saúde. *RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, informação e inovação em saúde*, 4 (3), 53-61. Disponível em <http://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/393/706>. Acesso em 08 de dezembro de 2014.
- Lima, M. M.; Almeida, A. B.; Giovannetti, M. O.; Backes, V. M. S. & Kloh, D. (2012). Produção do conhecimento acerca da formação do enfermeiro: um estudo bibliométrico. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 65(3), 522-528.
- Long, S. J. (1990). The origins of sex differences in science. *Social Forces*, 68(4), 1297-1315.
- Medeiros, K. K. A. S.; Costa, G. M. C.; Coura, A. S.; Araújo, A. K. F. & Celino, S. D. M. (2014). Perfil bibliométrico da produção científica (inter)nacional da Enfermagem Gerontogeriatrica. *Revista Brasileira de Geriatria Gerontologia*, 17(2), 425-438.
- Organização Mundial de Saúde (2008). Relatório Mundial de Saúde: *Atenção Primária em Saúde- Agora mais do que nunca*. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/31_03_2010_9.22.37.70fbb6ffd32f6598e4de044a8feeacdc.pdf. Acesso em: 04 dez. 2014.
- Pizzani, L; Silva, R. C. S; Piumbato, M. C. & Hayashi, M. C. P. I. (2008). Bases de dados e bibliometria: a presença da Educação Especial na base Medline. *Nova Série*, 4(1), 68-85.
- Procopiuck, M. (2013). *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, Governança e Redes de Políticas, Administração Judiciária*. São Paulo: Atlas.
- Santos, R. N. M. & Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Tendência da Pesquisa Brasileira em Ciências da Informação*, 2(1), 155-172.
- Santos, K. L., Quintanilha, B. C. & Dalbello-Araújo, M. (2010). A atuação do psicólogo na promoção de saúde. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12, 181-196.

São Paulo (n/d), Secretaria de estado da saúde. *Saúde mental*. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/humanizacao/areas-tematicas/saude-mental>. Acesso em: 01 dez. 2014.

Sousa, B. A. & Perucchi, V. (2013). Gênero na produção científica dos grupos de trabalho do ENANCIB: análise nos anais do XIII ENANCIB. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Horizonte. Anais... Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIV/enancib/paper/viewFile/11/279>. Acesso em: 01 dez. 2014.

Soares, R. G.; Nery, F. C.; Silveira, P. S.; Noto, A. R. & Rosani, T. M. (2011). A mensuração do estigma internalizado: Revisão sistêmica da literatura. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 635-645.

Velho, L. & León, E. (1998). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10, 309-344.

As autoras:

Carolina de Fátima Guimarães possui graduação em Psicologia, atualmente é aluna do Programa de pós-graduação em Gestão Organizacional - Mestrado Profissional na Universidade Federal de Goiás. E-mail: carolguimaraes167@gmail.com

Inaina Lara Fernandes possui graduação em Enfermagem pela Fundação Educacional de Fernandópolis (2003) e Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Organizacional - UFG - Regional Catalão. E-mail: inainalara@hotmail.com

Keila Marine Pedrosa dos Santos possui graduação em Psicologia - Formação de Psicólogo, Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Pós-graduação em Saúde Mental pela Universidade Federal de Goiás (2011). Aluna do Programa de pós-graduação em Gestão Organizacional - Mestrado Profissional pela Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão. E-mail: keilamarinepsico@yahoo.com.br

Valéria Duarte Gregório possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto (2003). Especialização em Clínica e Terapêutica Nutricional pelo IPCE (Instituto Ponto Crítico de Especialização) certificado pela UNIGUAÇU. E-mail: Valeriadgregorio@gmail.com